



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 10 de Janeiro de 2020

Weintraub quer debate ‘do zero’ sobre Fundeb

Ministro confirma que governo vai enviar proposta de emenda à Constituição sobre o tema após recesso legislativo

Por Renan Truffi e Hugo Passarelli
— De Brasília e de São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu ontem que o Congresso Nacional comece “do zero” as discussões para a reformulação do Fundeb. Weintraub confirmou que, após o recesso legislativo, o governo vai enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o assunto, contrariando as discussões que já acontecem há meses sobre o tema no Parlamento.

Criado em 2006, o Fundeb é responsável por 63% das verbas da educação básica. A promulgação de um novo fundo é necessária porque, por lei, o atual modelo perde validade em 31 de dezembro deste ano. Ainda assim, o ministro minimizou qualquer dificuldade legislativa em relação ao prazo apertado. “Como não está andando [a discussão sobre o Fundeb no Congresso], nós vamos chegar com uma proposta redonda. É uma PEC, [a discussão] vai começar do zero, mas todo mundo conhece o assunto. Desde abril estamos conversando com parlamentares sobre nossa proposta. Desde abril, estou conversando com

a Professora Dorinha [DEM-TO]. Não vejo problema nenhum, a PEC vai ser muito bem recebida”, disse.

Apesar do discurso otimista, o governo deve enfrentar dificuldades nessa área. Relatora de outra PEC sobre o mesmo assunto, a deputada Dorinha Seabra criticou, em nota, a estratégia escolhida pelo ministro. “Imaginar que será possível criar, em um passe de mágica, uma contraproposta à altura, é subestimar o brasileiro e brincar com coisa séria. O Parlamento não vai pagar essa conta e, certamente, não se responsabilizará pelo desmonte da educação básica”, afirmou por meio de comunicado.

Weintraub falou sobre o assunto em entrevista convocada para fazer um balanço das ações tomadas pelo ministério ao longo de 2019. O ministro voltou a dizer que, pela proposta a ser apresentada nas próximas semanas, o governo vai elevar de 10% para 15% a contribuição da União ao fundo. Além disso, Weintraub explicou que a União vai exigir contrapartidas dos municípios. Adiantou ainda que será apresentada uma nova forma de distribuição dos recursos para evitar distorções no sistema.

“Há uma proposta de redistribuir os recursos baseados nos municípios que mais precisam. Hoje existe município pobre em Estado rico que não é atendido [pelo Fundeb] e

municípios ricos em Estados pobres que recebem os recursos, isso é corrigido também. Estamos mudando a técnica e garantindo que todas as crianças no Brasil tenham recurso financeiros mínimos para serem alfabetizadas”, afirmou.

Outro projeto que deve ser enviado pelo MEC ao Congresso em breve é o que trata da criação do Future-se, programa que visa aumentar a captação de recursos privados pelas universidades federais. “O Future-se já está pronto para a volta do recesso. No dia 24 de janeiro termina a consulta pública. Dá tempo de mandar no retorno do recesso legislativo por projeto de lei”, explicou o ministro da Educação.

Na mesma entrevista coletiva, o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, contou que o governo ainda está elaborando um novo edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para que os livros didáticos, distribuídos nas escolas de todo o país, fiquem livres de “doutrinação”, “seja de um lado, seja de outro”. Como exemplo sobre o tipo de conteúdo que deve sair do material escolar, ele citou o debate sobre a questão de gênero no Brasil. “O objetivo pro PLND é que os livros sejam livros de ensino. E qualquer coisa que diga respeito a doutrinação ou coisa do gênero não vai existir. Seja de um lado, seja de outro. Em 2021 vamos ter livros que serão





frutos de contratação da nossa gestão”, explicou.

A polêmica sobre a mudança nos livros didáticos se deu depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer, nos últimos dias, que o governo vai “suavizar” os conteúdos que são entregues hoje aos estudantes, que, segundo ele, têm “muita coisa escrita”. O único assunto que o ministro evitou, na entrevista foi sua possível saída do cargo, algo que é ventilado nos bastidores do Planalto. “[Esse assunto] Não é o tema da coletiva”, se limitou a dizer quando questionado.

Aprender com o Brasil

CLÁUDIA COSTIN

A divulgação dos últimos resultados do Pisa trouxe a confirmação do gigantismo do nosso desafio de assegurar que todos os meninos e meninas no Brasil não só estejam na escola, mas que ali aprendam sem que se aprofundem ainda mais as desigualdades educacionais. Sim, tivemos uma pequena melhora, mas não o suficiente para nos tirar do terço inferior do ranking, e comparamos mal com Chile e Costa Rica, só para citar dois países latino-americanos.

Em outros artigos, tenho enfatizado o que precisa ser feito para superar essa situação, como tornar a carreira de professor mais atrativa, investir em uma formação docente mais conectada com a prática, conforme as diretrizes recém-aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, alfabetizar com base nas melhores evidências científicas, melhorar a gestão educacional e produzir material de qualidade, consistente com a Base

Nacional Comum Curricular, para apoiar a ação dos mestres.

Mas, logo depois da divulgação dos resultados, as redes sociais foram inundadas de propostas que nenhum dos melhores países no Pisa adotou e que a ciência definitivamente não respalda, a maior parte voltada a ressuscitar a educação que tínhamos no passado, percebida como excelente, embora na verdade se destinasse a bem menos da metade das crianças e adolescentes.

Aprendemos muito, nas últimas décadas, sobre como incluir milhares de crianças e jovens nas escolas. Agora precisamos fazer com que todos aprendam, especialmente os jovens de meios mais vulneráveis. Neste último sentido, não basta olhar para as práticas que os melhores países adotam agora. É preciso aprender a fazer a transição da situação atual para a sonhada.

O que mais falta ao Brasil talvez seja aprender consigo mesmo. Aqui

no país, o Ceará tem sido o que mais avançou em alfabetização. Como? Investe em pré-escola de qualidade, alfabetiza de acordo com o que a ciência recomenda e faz sólida avaliação de aprendizagem. No ensino médio, Pernambuco é referência. Aumentou a jornada escolar —nenhum dos melhores países têm só 4 horas de aula— e focou o protagonismo dos jovens. Em dez anos, passou da penúltima posição no ranking dos estados no Ideb para a terceira. Outros estados avançaram no ensino técnico — como São Paulo, com resultados excepcionais, ou a Paraíba, mais recentemente.

Muitos secretários estão fazendo visitas técnicas para se inspirar nestas boas experiências, buscando adaptá-las para seus territórios. É o que precisa ser feito: olhar para o que dá certo no Brasil, pisar no acelerador e coordenar este esforço em âmbito nacional.

Weintraub quer recomeçar do zero discussão sobre Fundeb

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, planeja iniciar do zero o trâmite no Congresso sobre a versão do governo para o Fundeb, mecanismo de financiamento da educação básica. A estratégia pode comprometer a renovação do fundo, que vence no fim do ano.

O tema foi discutido em 2019 em uma comissão especial na Câmara, de forma articulada com o Senado, mas com baixa participação do governo Jair Bolsonaro. O texto base da PEC (proposta de emenda à Constituição) em discussão na Casa é de 2015.

O governo já havia indicado que mandaria um texto próprio sobre o tema por discor-

dar da minuta apresentada pela relatora, deputada Professora Dorinha (DEM-TO). Havia a dúvida se a proposta do MEC seria levada à comissão especial já instalada, mas Weintraub disse que espera a criação de uma nova.

“Começa do zero, mas todo mundo conhece o assunto. A gente ficou discutindo o ano inteiro. Desde abril estamos conversando com os parlamentares sobre nossa proposta”, disse. “Como não está andando, não está funcionando, vamos encaminhar uma proposta que está redonda, que passa rápido”.

Weintraub e seus auxiliares participaram de uma entrevista nesta quinta (9) para traçar um balanço das ações da pas-

ta em 2019. O novo Fundeb é mencionado em vídeo de divulgação, apesar de o tema não ter avançado e da distância do governo das discussões.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios e tem complementação da União para estados, e respectivos municípios, que não atingem o valor mínimo por aluno. O complemento hoje é de 10% —cerca de R\$ 14 bilhões.

A minuta que chegou a ser apresentada na comissão, em setembro, elevava de 10% para 40% a complementação da União, de forma gradual. O texto não chegou a ser votado na comissão, mas já há entendimento entre parlamentares que o percentual não passará de 30%.

O MEC só encaminhou um





posicionamento oficial sobre o assunto em junho. Defendeu que a complementação fosse elevada a 15%, também de forma gradual.

A avaliação entre parlamentares e especialistas é de que o tema precisa ser vencido no Congresso ainda no primeiro semestre. O calendário eleitoral é o maior entrave e há receio de que atrasos forcem uma prorrogação do fundo, que representa mais de R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos na educação básica.

O plano atual da comissão que trata do tema na Câmara é votá-lo em fevereiro, tanto na comissão quanto no plenário da Casa. A matéria deve seguir depois para o Senado.

O deputado Bacelar (Pode-



Tem coisa errada no Congresso? Tem. Mas acho que o saldo é positivo. Nos momentos que são necessários, ele olha para os interesses do país, como foi o caso da [reforma] Previdência

Abraham Weintraub
ministro da Educação

BA), presidente da comissão especial, diz que a definição sobre o percentual da complementação é uma construção política. A única grande oposição ao texto em análise, ressaltou, vem do ministro.

“Há consenso na Câmara, temos maioria, temos o apoio do presidente da Casa e o momento de aprovar é no início do ano legislativo”, disse.

Weintraub aposta numa mobilização no Congresso em torno da proposta a despeito da relação tortuosa do governo Bolsonaro com o parlamento. O próprio ministro já foi chamado sete vezes para se explicar a parlamentares.

A relação deve piorar, na avaliação de deputados, depois que o ministro tirou da presidência do FNDE (Fun-





do Nacional de Desenvolvimento da Educação) um aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-TJ) e de partidos como DEM e PP. A mudança foi uma manobra para manter o controle do orçamento bilionário do FNDE.

O balanço do MEC elencou obrigações fixas da pasta, como a realização do Enem e do Encceja (prova de certificação para jovens e adultos) e transferências de recursos para redes de ensino e instituições federais.

Weintraub comemorou a criação de cinco novas universidades. As instituições, entretanto, foram lançadas em 2018, ainda no governo Michel Temer.

Uma medida de fato realizada no ano passado foi a trans-

ferência de R\$ 284 milhões para garantir conexão de internet nas escolas.

O programa já existia em 2018, mas foi expandido pelo governo Bolsonaro.

Após a apresentação inicial do balanço de 2019, o ministro se retirou da entrevista. O secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, afirmou que os livros didáticos não terão conteúdo considerado de doutrinação, mas não exemplificou obras com problemas já identificados pela pasta.

Na semana passada, Bolsonaro disse que os livros “tem muita coisa escrita” e que é preciso “suavizar”.

Vogel também não deu detalhes sobre o significado prático disso.

São Paulo destina R\$ 1 bi para obras em escolas

SÃO PAULO O governo de São Paulo anunciou nesta quinta-feira (9) a destinação de R\$ 1 bilhão para melhorias na infraestrutura em escolas da rede estadual. Do total, R\$ 630 milhões já foram depositados nas associações de pais e mestres (APMs) de 5.004 escolas.

O objetivo, segundo a secretaria da Educação, sob gestão de Rossieli Soares, é que os serviços sejam feitos de forma mais ágil, sem burocracia.

A liberação, em ano de eleições municipais, ocorre após uma redução drástica de recursos e não chega ao valor destinado em 2014 para reforma de unidades, que era de R\$ 1,79 bilhão (em valor corrigido pela inflação).

De acordo com a gestão João Dória (PSDB), 754 escolas

serão totalmente reformadas neste ano.

Entre essas, 70 fazem parte do programa Escola + Bonita, que prevê a pintura de fachadas, entre outros serviços.

A indicação de cores similares às do partido do governador levou a Justiça a suspender os trabalhos de pintura no final do ano passado.

O "Manual de Pintura - Escolas Estaduais Paulistas 2019" orienta que 40% das fachadas dos colégios sejam pintadas de azul e amarelo —cerca de 30% da primeira cor e 10% da outra. Os 60% restantes devem ter cor branca e elementos estruturais, como pilares e vigas, tom de concreto.

A cor verde e o tom de areia também são sugeridos para outras áreas das escolas, co-

mo gradis, portões e janelas.

Consideradas prioritárias, as 70 escolas incluídas no programa demandam, segundo o governo estadual, serviços de maior complexidade, e por isso têm prazo de conclusão de 90 a 270 dias.

Outras 284 unidades receberão obras emergenciais com duração de 60 a 120 dias.

O governo paulista anunciou também nesta quinta-feira a compra, por mais de R\$ 200 milhões, de novo mobiliário para 3.400 escolas, o que inclui quadros brancos, com pincel atômico, que substituirão as lousas tradicionais, que usam giz.

Procuradora do Ministério Público de Contas do estado de São Paulo, Élidea Graziane diz avaliar como temerária a





escolha do governo de fazer os repasses para os reparos em escolas por meio das APMs, uma vez que há risco de burla ao dever de licitar.

Ela ressalta ainda que, ao descentralizar o repasse, pode-se perder a oportunidade de contratar serviços mais baratos pelo ganho de escala.

O governo paulista também anunciou que as escolas da capital e da Grande São Paulo receberão os kits com material escolar até o dia 3, quando começa o ano letivo.

Já nos colégios do litoral e do interior, o material deverá chegar até o dia 13.

No ano passado, houve atraso na entrega dos kits de material escolar, que não foram licitados na gestão anterior, de Márcio França (PSB).

Expansão do Bolsa Família para mais pobres corre risco de falta de dinheiro

**Gustavo Uribe
e Thiago Resende**

BRASÍLIA O plano de reformulação do Bolsa Família, já entregue ao presidente Jair Bolsonaro, prevê um aumento focado na faixa de famílias em situação de extrema pobreza.

Apesar de direcionado ao grupo mais necessitado, o projeto desagradou à equipe econômica, que defende uma versão ainda mais modesta para as mudanças no programa social.

Em 2019, Bolsonaro não concedeu reajuste do benefício pela inflação para cumprir a promessa de criar a 13ª parcela.

A ideia, agora, é priorizar a camada com renda mais baixa, que representa dois terços dos 13 milhões de famílias incluídas no programa.

O Bolsa Família atende pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês.

O valor recebido varia de acordo com o número de integrantes da família, idade e renda. Atualmente, a média é de aproximadamente R\$ 191.

Elaborada pelo Ministério da Cidadania e pela Casa Civil, a proposta inicial de reformulação elevaria o orçamento do

programa em R\$ 16 bilhões.

Com a resistência da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, o projeto teve de ser desidratado.

O núcleo político do governo considera que a ampliação mínima deveria ser de R\$ 10 bilhões, uma vez que, para 2020, estão previstos menos recursos para o programa do que no ano passado.

Para este ano, foram reservados R\$ 29,5 bilhões. Em 2019, o Bolsa Família precisou de R\$ 32,5 bilhões.

Isso significa que qualquer aumento próximo de R\$ 3 bilhões seria apenas para recompor o orçamento do programa e garantir mais um pagamento da 13ª parcela, promessa de Bolsonaro.

Cálculos preliminares apontam que só o aumento do benefício para a parcela mais miserável representaria um custo adicional de R\$ 4 bilhões no orçamento deste ano.

O grupo do governo mais preocupado com as contas públicas defende uma expansão da verba do Bolsa Família em apenas R\$ 2 bilhões —insuficiente para compensar o corte em relação ao ano passado.

O valor da verba extra para o programa, portanto, é o que opõem ministros do governo.

Diante do impasse e da falta

de recursos, a reformulação, que era para ter sido anunciada no fim de 2019, foi abortada, conforme informou a coluna Paineis em dezembro.

Uma nova queda de braço se aproxima, uma vez que o valor defendido pela equipe econômica é bem abaixo do que deseja o entorno político de Bolsonaro.

Nas mãos do presidente, a proposta da ala política inclui, além do aumento do benefício para os miseráveis, um bônus para famílias cujos filhos tenham bom desempenho escolar.

O texto ainda concede um extra para residências com adolescentes acima de 16 anos, podendo chegar aos 21 anos, e para famílias de jovens atletas com bom rendimento esportivo.

No entanto, o formato final da reformulação do programa depende de quanto o governo irá disponibilizar de recursos para aumentar o orçamento do Bolsa Família, que também deve mudar de nome.

A nova marca sugerida pela Cidadania é Renda Brasil. O núcleo político, no entanto, ainda testa duas outras possibilidades: Família Brasil ou Bolsa Brasil.

De férias no litoral de São Paulo, Bolsonaro deve discu-





tir o futuro do programa na próxima semana em reunião no Palácio do Planalto.

Segundo relatos feitos à Folha, o presidente estaria disposto a anunciar, ao menos, R\$ 4 bilhões de aumento para o Bolsa Família, o que só repetiria a cobertura de 2019 e daria um reajuste para a faixa mais pobre.

A Casa Civil, porém, iniciou um movimento para convencer Bolsonaro a elevar esse montante na tentativa de reforçar uma marca social do governo, fazendo um contraponto às gestões petistas.

A expectativa do Planalto é que o novo programa seja lançado até o fim deste mês. Porém, até os mais otimistas dizem acreditar que o embate com a equipe econômica deve adiar o anúncio.

Nesta semana, diante da discussão sobre a retomada da reforma administrativa, o presidente afirmou que o governo precisa levar em conta, além dos argumentos econômicos, os aspectos sociais.

“É o que sempre digo: as visões diferem, a minha e a da economia. Eles têm os números, e nós temos a política, o social e o ser humano”, disse.

Para conseguir ampliar o orçamento do Bolsa Família, Bolsonaro terá de cortar

verba de outros ministérios. O plano para elevar repasses na área social esbarra no teto de gastos —limitação para o crescimento das despesas.

O time de Guedes quer uma reformulação mais tímida, pois não há margem no teto. O Orçamento de 2020 já está no limite. Com isso, qualquer novo gasto precisa ser compensado com uma redução em outra despesa.

Destinar mais R\$ 10 bilhões ao Bolsa Família significaria tirar os mesmos R\$ 10 bilhões de outros setores.

Para conseguir pagar o 13º em 2019, o governo teve de usar recursos que, antes, estavam previstos para a Previdência.

Sob Bolsonaro, o programa enfrenta dificuldades financeiras. O governo vem controlando a entrada de novas famílias na lista de beneficiários e, mesmo assim, passou por um aperto na hora de pagar a parcela extra.

A cobertura do programa recua desde maio, quando o Executivo já estudava a reformulação, que —até hoje— não foi anunciada.

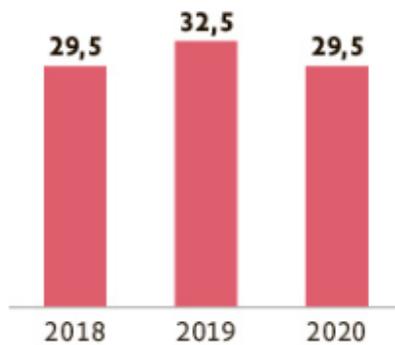
O novo formato deve ser apresentado ao Congresso como uma MP (medida provisória), que passa a valer imediatamente e tem um prazo de 120 dias para ser aprovada.





Governo estuda reformulação no Bolsa Família

Orçamento do programa, em R\$ bi



Plano para mudanças no programa

- Orçamento pode subir de R\$ 2 bilhões a R\$ 10 bilhões
- Aumento para a faixa mais miserável, com renda per capita de até R\$ 89 mensais
- Bônus para famílias com filhos que tenham bom rendimento escolar ou esportivo
- Extra no benefício para famílias com adolescentes de 16 anos a 21 anos
- Ampliação do combate a fraudes

Queda da cobertura em 2019

Número de famílias atendidas, em mi



R\$ 191,08

era o valor médio do benefício em novembro

Fonte: Ministério da Cidadania

Endereço A indústria de autopeças e botijões Mangels vota em assembleia no próximo dia 17 a mudança de sua sede de São Bernardo do Campo, em São Paulo, para Três Corações, em Minas Gerais.

Currículo A indústria está participando, pela primeira vez, da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que orienta a oferta dessas aulas. Associações setoriais se reuniram em dezembro com o MEC e membros de outros ministérios na ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

Calendário As demandas das empresas sobre a capacitação serão consolidadas e enviadas ao governo neste mês.

Na agenda Jamile Marques, diretora da Abes (associação de empresas de software), diz que pediu uma reunião com Gustavo Montezano, presidente do BNDES, para tentar reverter recente decisão do banco de suspender uma linha de crédito para o setor. Procurado, o BNDES disse que o programa foi suspenso para reavaliação interna.

Mais pessimismo na educação

Especialistas em pedagogia e ONGs conceituadas do setor educacional começaram o ano discutindo um problema grave numa área vital para a formação das novas gerações. Trata-se da renovação, no final do primeiro semestre, do mandato de 12 dos 24 membros do Conselho Nacional de Educação (CNE), que é o órgão encarregado, entre outras atribuições normativas e administrativas, de promover a articulação do sistema educacional entre a União, os Estados e os municípios, definir diretrizes para formação docente, emitir pareceres sobre políticas educacionais e fiscalizar o cumprimento da legislação do setor.

O temor dos especialistas diz respeito aos critérios de escolha que serão adotados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Pela legislação em vigor, metade das indicações deve ocorrer por meio de uma lista de nomes apresentada por entidades da área educacional, cabendo ao Ministério da Educação (MEC) escolher as mais representativas. Há mais de uma década, os nomes – quase todos com excelente currículo e muita experiência em gestão educacional – têm sido indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Por lei, o governo pode reconduzir ao cargo todos os conselheiros que estão no primeiro mandato. Embora as autoridades educacionais não tenham se manifestado oficialmente, já circulam no Executivo e no Legislativo rumores de que Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deverão preterir essas entidades, dando preferência a nomes indicados por associações educacionais vinculadas a igrejas evangélicas. Também circulam rumores de que, pressionado pela bancada evangélica do Congresso, o governo escolherá conselheiros para a Câmara de Educação Básica do CNE com uma visão próxima da que tem a equipe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, principalmente em matéria de gênero.

Esses rumores começaram a circular em Brasília no final de dezembro, duas semanas antes de Bolsonaro, ao responder a perguntas de jornalistas, ter falado espontaneamente que os livros didáticos usados nas escolas públicas têm “um montão de amontoado de muita coisa escrita” (sic) e são um “lixo”. Na ocasião, sem ser indagado, o presidente prometeu que os próximos livros escolares serão “suavizados” e que não servirão para doutrinação. “Não vão ficar nessa historinha de ideologia. Esse moleque é macho, pô. Estou vendo aqui, o moleque é macho. E os idiotas (os autores dos livros didáticos hoje em circulação na rede pública) acham que ele vai definir o sexo quando tiver 12 anos de idade. Sai para lá”, concluiu Bolsonaro, apontando para um garoto de seis anos que estava no colo do pai.

Como a maior parte dos conselheiros do CNE que terminarão o mandato pertence à Câmara de Educação Básica, especializada em questões de ensino infantil, fundamental e médio, os temores dos especialistas em pedagogia e das ONGs do setor educacional são procedentes. Eles receiam que os novos conselheiros, além de optarem por diretrizes mais políticas e religiosas do que técnicas, tentem revogar os marcos normativos de políticas fundamentais em fase de implementação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desorganizando o ensino fundamental. Como em 2019 o MEC perdeu tempo discutindo política do método fônico de alfabetização, entre outras bobagens, as secretarias estaduais e municipais de educação não tiveram outra saída a não ser adotar o que julgavam mais adequado para as redes de ensino sob sua responsabilidade. Como cada secretário fez o que pôde, não houve articulação no plano nacional.

A área educacional foi a mais atingida pela gestão desastrosa de Bolsonaro, em seu primeiro ano de mandato. A se confirmar essa simbiose entre orientação evangélica, diretrizes conservadoras, inépcia administrativa e voluntarismo no CNE, a situação ficará pior.

De volta ao futuro

SIMON SCHWARTZMAN

Anova versão do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se, publicada no início de janeiro pela Casa Civil como projeto de lei e posto em consulta pública, é um grande avanço em relação à versão anterior, de julho, divulgada pelo Ministério da Educação. Essencialmente, o projeto prevê a criação de um fundo patrimonial para apoiar atividades de inovação, empreendedorismo e internacionalização das universidades e dos institutos federais, permite que as universidades criem e administrem os próprios fundos e introduz vários mecanismos modernos para a execução de projetos, pela criação ou associação das universidades com fundações de apoio e organizações sociais, contratos de gestão por resultados entre as universidades e a União e a criação de um comitê gestor do programa formado por representantes das universidades e dos Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Economia. Nesta versão fica claro que a autonomia das universidades permanece preservada e que os recursos do programa são adicionais, não substituem os recursos orçamentários regulares.

O ano de 2019 foi especialmente ruim para a educação brasileira, com o

Ministério da Educação se perdendo em disputas ideológicas, que só servem para desviar a atenção, deixando de lado questões centrais como a implementação da reforma do ensino médio e da educação profissional, a reformulação do Enem, a renovação do Fundeb, a revisão do sistema de avaliação da educação superior, a política de formação de professores, o combate ao analfabetismo funcional e tantas outras. Em contraste, o projeto do Future-se mostra que uma equipe tecnicamente competente, ouvindo e dialogando com diferentes setores de dentro e fora da comunidade universitária, tem condições de avançar, da mesma forma que outras equipes vêm avançando nas áreas da economia e da infraestrutura.

Isso não significa que o projeto Future-se seja perfeito, e o processo de discussão pública que agora se renova serve não somente para que ele se aperfeiçoe, mas também para que seja mais bem entendido e ganhe legitimidade nas diversas áreas – universitária, científica e tecnológica, empresarial e governamental – em que deve atuar. Existem questões que precisam ser aprofundadas, como o relacionamento do programa com a Capes e um certo fetiche, que me parece ingênuo, com a internacionalização, a qual

não deveria ser um fim em si mesmo, mas o resultado natural de uma ciência e tecnologia de padrão efetivamente internacional. Outras questões hão de surgir da leitura atenta da proposta.

Sem tirar o mérito do projeto, é importante lembrar sempre que a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo são somente uma parte pequena do sistema federal da educação superior, que, por sua vez, é também uma parte pequena da educação superior brasileira. Dados recentes sobre publicações científicas elaborados pela Universidade de Leiden, na Holanda, mostram que 42% da produção científica brasileira de qualidade internacional provém das três universidades estaduais paulistas – USP, Unicamp e Unesp – e metade da produção das federais vem de apenas cinco universidades: URFJ, UFRGS, UFMG, Unifesp e UFSC. E só 23 das centenas de instituições de ensino superior no País aparecem nesses dados. Pelo Censo da Educação Superior de 2018, dos 8,4 milhões de estudantes de nível superior no País só 1,3 milhão, menos de 16%, estavam matriculados em instituições federais.

Em outras palavras, a maior parte das universidades brasileiras, públicas ou privadas, não faz ou faz muito pouco de





inovação, empreendedorismo e internacionalização, mas faz outra coisa muito importante, que é formar milhões de pessoas para as diferentes profissões. Alguns conceitos introduzidos pelo Future-se, como os contratos de gestão, autonomia gerencial e avaliação por resultados, deveriam ser aplicados às universidades como um todo, para avaliação e acompanhamento do ensino, e, mais amplamente, para alinhar os orçamentos anuais com os resultados obtidos, e não com os custos históricos.

Por outro lado, se for possível efetivamente criar um fundo patrimonial significativo para o apoio à inovação e ao empreendedorismo – e ainda não está claro se existirão recursos para isso –, não há por que excluir do programa as universidades estaduais e particulares. A responsabilidade do Ministério da Educação para com a educação superior brasileira não se limita às

instituições federais e é importante não confundir a administração da rede própria com as políticas de interesse geral para o País.

Não é por acaso que justamente na ponta de cima do sistema as coisas aparentemente comecem a andar. Essa tem sido a prática brasileira desde sempre – cuidar das instituições de elite e não conseguir lidar com as questões que afetam e interessam à grande maioria da população. Temos a melhor pós-graduação e pesquisa universitária da América Latina, mas uma graduação muito desigual. E um dos piores sistemas escolares. É ilusão achar que um pequeno conjunto de instituições inovadoras possa, com o tempo, melhorar o resto, que funciona com outras lógicas. A ideia de que todo o ensino superior brasileiro convergiria para o modelo da universidade de pesquisa, que vem da reforma de 1968, ainda não foi abandonada de vez, embora todos

saibam que é um mito. Sem políticas específicas para os cursos de graduação, o mais provável é que as universidades vocacionadas para a pesquisa e a pós-graduação se distanciem cada vez mais do resto, ou simplesmente acabem refluindo para a vala comum.

É preciso aproveitar a experiência do Future-se para lidar também, com competência técnica, ideias inovadoras e diálogo, com os outros grandes problemas que a educação brasileira até agora não tem conseguido enfrentar.

É preciso aproveitar o Future-se para lidar com os grandes problemas da educação

?

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

Ricardo Galvão no MEC!

Depois os bolsonaristas de internet reclamam, sejam eles robôs de carne e osso ou meramente robôs, mas que jeito? Como deixar de comentar as falas, os posts e os vexames do governo, se o presidente Jair Bolsonaro e um ministro daqui, outro dali, dão a chance de mão beijada?

O mesmo presidente que demitiu o cientista Ricardo Galvão do Inpe – e de forma humilhante, antecipando pela imprensa – nomeou o curioso e meteórico professor Ricardo Vélez Rodríguez para o MEC e o substituiu em meses por outro “olavista”, o igualmente curioso, mas aparentemente não tão meteórico Abraham Weintraub.

Galvão é formado em Engenharia, tem doutorado em Engenharia Nuclear nada mais nada menos no MIT e, não satisfeito, ainda é livre-docente em Física. Depois de demitido por Bolsonaro, encerrou 2019 como um dos dez cientistas do ano na revista Nature.

Mas o principal troféu do professor foi outro, ainda bem mais objetivo, concreto: a ratificação dos dados do Inpe sobre o desmatamento na Amazônia. O governo, que demitiu Galvão após desacreditar e desqualificar os dados do Inpe, agora confirma, acredita e qualifica os mesmos dados. Bolsonaro vai readmiti-lo por justa causa?

Do outro lado, Vélez Rodríguez virou motivo de piada e Weintraub tem demonstrado uma certa birra com a língua portuguesa. Errar uma palavra pode acontecer nas melhores famílias, mas o ministro da Educação errou a primeira vez, a segunda vez e, agora, a terceira vez. É reincidente. E, cá para nós, não foram errinhos banais. “Parali-Zação”? “SuspenÇão”? “ImpreCionante”? Sem falar em crases...

Já que os Bolsonaros têm uma milícia digital bastante ativa, poderiam destacar uns três ou quatro soldados para fazer a revisão do que o ministro escreve. Ou, quem sabe?, criar um corretor ortográfico particular para ele.

Afora esses erros crassos contra a língua pátria, o ministro já atacou as universidades que, segundo ele, são focos de balbúrdia e de plantio de maconha. Enquanto isso, o presidente Bolsonaro chama o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, de energúmeno, e anuncia a “descentralização (essa é com Z mesmo) de investimentos da área de Humanas, como filosofia, sociologia e, deduz-se, antropologia.

Nesse contexto, faz todo o sentido que o presidente tenha nomeado quem nomeou para a Secretaria Nacional de Cultura, um órgão que pula de galho em galho, está cada vez mais contaminado pelo viés evangélico e foi empurrado bruscamente para o Ministério do Turismo. O que uma

coisa tem com a outra? Não se sabe. Perguntem ao presidente, por favor.

Universidades, filosofia, sociologia, antropologia, cultura, cinema, teatro e ortografia estão, portanto, dentro de um mesmo saco: o das desimportâncias, dos que não servem para nada e estão dominadas pelas esquerdas internacionais que só pensam naquilo: destruir o Ocidente cristão.

Assim como Paulo Freire é um “energúmeno”, os livros didáticos são também um horror, “um montão, um amontoado de muita coisa escrita”, como definiu Bolsonaro. E vem aí uma reforma para “suavizar” esses livros. A tal “raça em extinção” está de olho...

Com Bolsonaro xingando Paulo Freire e criticando livros com muitas “coisas escritas”, mais o ministro da Educação escrevendo “parali-Zação, suspenÇão e impreCionante”, dá um frio na barriga imaginar as políticas de educação e cultura e como ficarão os livros didáticos.

Mas ainda há tempo. O presidente não nomeou o professor Mozart Neves Ramos para a Educação, mas por que não Ricardo Galvão? Professor, homem da ciência, belo currículo, cidadão do bem. E, aliás, com um português claro, direto e... correto.

O governo que demite Galvão do Inpe é o que nomeia Vélez e Weintraub para o MEC

SOCIEDADE »**MEC mantém proposta para Fundeb**

» Catarina Loiola*

O Ministério da Educação enviará ao Congresso nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo o ministro Abraham Weintraub, o governo federal manterá a proposta de 15% de complementação da União para o fundo. O envio está previsto para o início do ano legislativo, em fevereiro.

De acordo com o ministro, a expectativa do governo é de que a nova PEC comece a tramitar do zero, incluindo a instalação de nova comissão. Um texto relatado pela deputada Dorinha Rezende (DEM-TO) está em trâmite no Congresso há cerca de três anos, prevendo volume maior para o Fundeb. Segundo o ministro, a recepção do novo projeto será tranquila. “Desde abril, estamos conversando com parlamentares sobre a proposta. A PEC vai ser muito bem-recebida”, assegurou.

O fundo financia a educação básica e é formado por impostos de estados e municípios. A União contribui com 10%, que se destinam

a estados que não alcançam um valor mínimo por aluno. Em 2019, a contribuição representou mais de R\$ 14 bilhões. “Além de aumentar o volume de recursos, cobraremos resultados para receber esse dinheiro. Estados e municípios terão que adotar critérios de desempenho e mostrar resultados”, disse Weintraub.

De acordo com o ministro, um dos objetivos do governo é tornar o Brasil referência em educação na América do Sul até 2030. Portugal é modelo de referência a ser seguido. O país europeu já apresentou os piores índices de educação no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) da Europa, assim como o Brasil na América Latina, e hoje é o segundo melhor país daquele continente. Para Weintraub, o Partido dos Trabalhadores (PT) é o responsável pelo desempenho do Brasil na principal avaliação da educação básica no mundo. O país aparece entre as 20 piores colocações no ranking das três áreas analisadas pelo exame. “Quem fez o Pisa 2018, que é o pior aluno da América do Sul, é fruto 100% do PT”, acusou o ministro.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo



MEC vai enviar ao Congresso proposta com novas regras para o Fundeb

Por Alex Rodrigues -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O governo federal encaminhará, em breve, ao Congresso Nacional, uma proposta de mudança nas regras de financiamento do ensino básico. Hoje (9), ao apresentar as realizações do Ministério da Educação (MEC) em 2019, o ministro Abraham Weintraub disse que o governo não desistiu de ver aprovada sua própria proposta de aumento da contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto este ano, em permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de

recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir a PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

“Ao longo deste ano [2019], tentamos colocar o novo Fundeb com propostas que acreditamos pertinentes. Infelizmente, não andou na direção e na velocidade que queríamos. Diante desse quadro, estamos encaminhando [ao Congresso] uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional]”, disse Weintraub.

O governo federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora

Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

“É um aumento expressivo. Além de aumentar o volume de recursos, cobraremos resultados para receber esses recursos. Estados e municípios terão que adotar critérios de desempenho e mostrar resultados”, disse Weintraub.

Fundeb

Criado em 2006, para vigorar até 2020, o Fundeb é, hoje, a principal fonte de





financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

Em 2019, só a União destinou R\$ 14,3 bilhões aos estados. Dados da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para discutir a PEC 15/2015, apontam que, caso a proposta de ampliar a participação da União dos atuais 10% para 40% em 2031 seja aprovada, o impacto orçamentário da mudança será da ordem de R\$ 279,8 bilhões.

Pisa

O ministro Weintraub disse que a meta da pasta é fazer com

que o Brasil avance no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), índice que avalia o nível da educação básica no mundo.

“Esperamos tirar o Brasil da última posição na América do Sul e colocar ele, até 2030, na primeira posição. Sendo que esperamos já ter resultados no próximo Pisa. E este ano vão aparecer muito mais resultados. Vai aparecer rápido. Já no primeiro trimestre vai ter muito mais números mostrando melhoras”.

Em 2018, o Pisa foi aplicado para 600 mil estudantes de 79 países e regiões. O Brasil, onde cerca de 10,7 mil estudantes de 638 escolas fizeram as provas, obteve, em média, 413 pontos

em leitura, 384 pontos em matemática e 404 pontos em ciências. Na avaliação anterior, aplicada em 2015, o Brasil obteve, 407 em leitura, 377 em matemática e 401 em ciências. Apesar da pequena melhora nas pontuações, o resultado revelou que apenas dois de cada 100 estudantes brasileiros atingiram os melhores desempenhos em, pelo menos, uma das disciplinas avaliadas. Além disso, o Brasil ficou abaixo das médias dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"Vamos sair da última posição da América do Sul. O fundo do poço foi 2018", garantiu o ministro.